

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.596 - MG (2019/0349383-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
REQUERENTE : ADALGETE APARECIDA GONCALVES MAIA
ADVOGADO : MARCELO QUEIROZ MENDES PEIXOTO - MG169100
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, interposto por ADALGETE APARECIDA GONÇALVES MAIA, em 18/11/2019, com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei 12.153/2009, contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Juizado Especial de Ipatinga - MG, que julgou deserto o Recurso Inominado manejado pela parte autora.

Em suas razões, sustenta, em síntese, que o acórdão reclamado diverge do entendimento firmado pelo Colégio Recursal Central da Capital Paulista.

Por fim, requer "seja o incidente acolhido, processado e julgado procedente, uniformizando a interpretação dado a lei federal, notadamente ao artigo 98 do NCPC, adotando o padrão da decisão paradigma que, na visão desta humilde defesa, parece ser o mais correto e de acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça" (fl. 11e).

Os autos vieram-me conclusos, por distribuição, em 22/11/2019.

O presente incidente não merece conhecimento.

Assim dispõe o art. 18 da Lei 12.153/2009, **in verbis**:

"Art. 18. **Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.**

§ 1º. O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º. No caso do § 1º, a reunião de juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 3º. **Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça**, o pedido será por este julgado.

(...)

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 **contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça**, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência (...).

O Provimento 07, de 07/05/2010, do Conselho Nacional de Justiça, por sua

Superior Tribunal de Justiça

vez, assim disciplina:

"Art. 12. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais da mesma unidade da federação sobre questões de direito material.

(...)

§ 3º **O recurso será dirigido ao Presidente da Turma de Uniformização e interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão que gerou a divergência**, por petição escrita e assinada por advogado ou procurador judicial".

Dos normativos supracitados, extrai-se que os Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, **devem ser suscitados perante a Turma Recursal de origem**, e exigem, como pressupostos, que a orientação acolhida sobre a lei federal pela Turma de origem, em questão de direito material, destoe de entendimento firmado por outra Turma de diferente Estado ou contrarie súmula do Superior Tribunal de Justiça.

No caso dos autos, a parte autora, todavia, deixou de observar, especificamente, o primeiro requisito, **porquanto interpôs o presente incidente diretamente no STJ e não no órgão de origem, conforme certidão à fl. 71e, o que impede o seu conhecimento**.

Nesse sentido, monocraticamente: STJ, **PUIL 1.445/BA**, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 02/08/2019; **PUIL 775/PR**, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe de 02/05/2018; **PUIL 162/SP**, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 03/05/2017.

Com efeito, se a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade de recursos e incidentes, cabe à parte proceder em estrito cumprimento às determinações legais.

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do seu art. 932, III, **in verbis**:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. **não conhecer do recurso inadmissível**, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)"

De fato, "não se pode desconhecer os pressupostos de admissibilidade do

Superior Tribunal de Justiça

recurso. O aspecto formal é importante em matéria processual não por obséquio ao formalismo, mas para segurança das partes e resguardo do *due process of law*" (STJ, AgRg no Ag 427.696/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, DJU de 12/08/2002).

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 c/c art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, **não conheço** do presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.

Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

